

PARECER DO PROJETO DE LEI Nº 5/2017
COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA
RELATÓRIO

1. Cuida-se de projeto de autoria do Prefeito que altera tabela de valores do plano de carreira dos profissionais do magistério, a fim de atender ao piso nacional previsto na lei nº11.738/2008.
2. O texto previa inicialmente o reajuste no importe de 18,92% (dezoito inteiros e noventa e dois centésimos por cento), valor superior à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC do período compreendido entre janeiro a dezembro de 2016, no entanto deixava determinadas remunerações abaixo do piso nacional fixado pela lei acima mencionada.
3. A fim de corrigir tal impropriedade, o ilustre Prefeito Municipal encaminhou emenda modificativa nº1 ao Projeto de Lei nº5/2017, que altera o anexo I do mencionado projeto.
4. Após a análise de sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, quando a Comissão de Legislação e Justiça e de Redação, a matéria vem ao exame desta Comissão, conforme dispõe o artigo 93, inciso III, “d”, do Regimento Interno, ocasião em que fui designada relatora.

FUNDAMENTAÇÃO

5. Tratando-se de reajuste previsto em lei federal, aplica-se à matéria o disposto no inciso I do Parágrafo único do artigo 22 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, de tal sorte que, independentemente do índice de gastos com pessoal, o reajuste pode ser concedido. No entanto, como aduziu o douto Prefeito nas informações prestadas à Comissão de Legislação, Justiça e Redação, o gasto com pessoal encontra em patamar condizente com os limites da Lei de Responsabilidade fiscal.
6. Observo, ainda, que as demais disposições da precitada Lei de Responsabilidade Fiscal também foram obedecidas, uma vez que a lei de diretrizes orçamentárias contém autorização para esse fim e que existe programação orçamentária para atender a despesa daí decorrente.

7. Com a emenda modificativa, a remuneração dos professores atende ao piso nacional, de modo que o Município está cumprindo estritamente o disposto na lei federal nº11.738/2008.

8. Ante o exposto, do ponto de vista exclusivamente financeiro, orçamentário e fiscal, a despesa decorrente da matéria aqui examinada pode ser realizada pelo Poder Executivo.

CONCLUSÃO

9. ANTE O EXPOSTO, voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 5/2017, bem como da emenda modificativa nº1/2017 ao PL 5/2017.

Sala das Comissões, 27 de abril de 2017.

Vereadora Célia Moraes
Relatora